

RECURSOS SOCIAIS, MEDIAÇÃO E ALIANÇAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO MARANHÃO (2008)

O presente texto aborda o processo de recrutamento de “elites políticas locais”. O foco está centrado nas lógicas sociais e políticas que agem sobre a definição das candidaturas ao cargo de prefeito, nas eleições municipais de 2008 no Maranhão e sobre a concorrência travada entre elas.

O estudo identificou, em uma primeira dimensão, a extração social dos candidatos a prefeito, lançando mão das seguintes informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): patrimônio, grau de escolarização e distribuição de perfis por tamanho de colégios eleitorais dos municípios. Além disso, buscou-se mapear, a partir da mesma base de dados, o pertencimento partidário dos candidatos de 2008; as migrações de um partido a outro nas três últimas eleições e os perfis dos candidatos por siglas. Em uma segunda dimensão, foram caracterizadas as disputas eleitorais em quatro cidades, a saber: São Luís, Caxias, Pinheiro e Lago da Pedra. As análises de entrevistas em

IGOR GASTAL GRILL*

RESUMO

Por meio do artigo é apresentada a análise sobre os padrões de recrutamento de “elites locais” no Maranhão. Foram utilizadas as informações da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral concernentes aos candidatos a prefeito e aos políticos vitoriosos nas eleições de 2008. Soma-se a isso a realização de estudos mais detalhados sobre cenários municipais de concorrência eleitoral (São Luís, Caxias, Pinheiro e Lago da Pedra), enfocando 4 casos de prefeitos e relacionando os dados de perfis (origens sociais e carreiras políticas) aos trunfos mobilizados nas campanhas. Foram examinadas entrevistas em profundidade com candidatos e membros das suas equipes, materiais de divulgação das candidaturas (programas de televisão, santinhos, jingles, etc.) e observação de eventos de mobilização eleitoral.

Palavras-chave: eleições municipais, mediação política, facções.

ABSTRACT

Through this article an analysis about the standard of recruitment of “local elites” in Maranhão is done. Information from the database of the Supreme Electoral Court concerning the winning candidates for the post of Mayor in 2008 were used. Added to that the carrying out of more detailed studies about municipal scenarios of electoral competition (São Luís, Caxias, Pinheiro and Lago da Pedra), focusing on the cases of four mayors and relating their profile data (social origins and political careers) to the tactics used in the campaigns. In depth interviews with candidates and members of their teams were examined as were materials of electoral propaganda (TV programs, fliers, jingles etc.) and also observation of events to mobilize the electorate.

Keywords: municipal elections, political mediation, factions.

* Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

São co-autores deste artigo: Dayana dos Santos Delmiro Costa – Mestre em Ciências Sociais pela UFMA; Elthon Ranyere Oliveira Aragão – Mestrando em Ciências Sociais na UFMA e João Gilberto do Nascimento Lima – Graduando em Ciências Sociais (8º período) na UFMA.

profundidade com candidatos a prefeito, apoiadores e membros da equipe de campanha, bem como de materiais impressos, jingles, observações *in loco* de eventos de mobilização em prol das candidaturas e inserções nos programas de televisão (o chamado horário eleitoral gratuito, quando era o caso) constituem as fontes de dados empíricos.

A exposição a seguir se justifica com base em três constatações. Inicialmente, em virtude do fato de que as campanhas eleitorais que ocorrem nos municípios (principalmente do interior) e a seleção de “elites políticas”, no plano municipal, vêm sendo negligenciadas como tema de estudo pelos cientistas políticos. Em seguida, em razão da carência de pesquisas concernentes à interdependência entre os princípios que regem as lutas políticas locais, estaduais e nacionais. E, finalmente, em decorrência de um deslocamento das investigações sobre engajamento político para os chamados “novos militanismos” em detrimento da participação em partidos e eleições (sem falar em sindicatos) ou dos chamados “velhos militanismos”.

Ao fazer o balanço sobre a questão, Sawicki (2005) sublinha que os cientistas políticos geralmente restringem o ângulo da abordagem aos efeitos das campanhas em termos de comportamentos eleitorais. Tal postura teria sido ainda mais disseminada com o aumento do peso da mídia e das tecnologias modernas de interpeção dos eleitores, relegando as demais formas de fazer campanha (comícios, “corpo a corpo”, reuniões, conquistas de cabos eleitorais, caminhadas, etc.) a um lugar marginal e residual. Sem deixar de mencionar que as eleições locais passaram a ser interpretadas como fortemente determinadas pela agenda nacional.

Na mesma linha, Palmeira (2006) afirma haver um descompasso entre a importância que é dada, no Brasil, às eleições municipais nas práticas e representações de eleitores e de políticos profissionais e o pouco destaque que as mesmas possuem no senso comum intelectual. Ele sublinha que a política local ora é associada aos exotismos da política paroquial, ora é destituída de qualquer especificidade, para aqueles que a tomam como mera expressão de uma política englobadora, situada mais acima ou atravessando uma sociedade.

Acontece que as arenas políticas não são fechadas e as fronteiras entre profissionais e profanos estão longe de serem estabelecidas definitivamente. E essa constatação fragiliza uma interpretação calcada na oposição “teatro político” ou “político-midiático”/“cidadãos-espectadores” ou “atores”/“públicos”. Sendo assim, a arte ou o *métier* do político em campanha exige que ele concilie as múltiplas lógicas das arenas em que se insere e as expectativas ou demandas das suas diferentes bases de apoio (SAWICKI, 2005). Em boa medida, as demandas são estruturadas pela própria oferta, isto é, produzidas na relação de concorrência que configura um espaço relacional de posições e tomadas de posições, distinções e desvios entre os protagonistas políticos, que delineiam consensos (garantidos por uma espécie de “conluio originário”) sobre o que merece ser debatido e sobre a hierarquia dos objetos em disputa (BOURDIEU, 1989; GAXIE e LEHINGE, 1984).

Todavia, isso não deve implicar que se perca de vista que as campanhas eleitorais, principalmente locais, são ocasiões privilegiadas para expressão e atualização de densos laços sociais que vinculam políticos e eleitores. Do mesmo modo, são momentos em que se percebem claramente as pressões exercidas por “grupos sociais”, lideranças e por porta-vozes – cuja eficácia está diretamente ligada às posições ocupadas no espaço social – assim como as obrigações sociais que pesam sobre os candidatos (BOURDIEU, 1989; POURCHER, 1991).

Com efeito, o estudo das campanhas eleitorais municipais pode ser um instrumento para a realização de uma sociologia do trabalho multiforme de mobilização política, centrando o olhar nas ações e interações dos agentes aí engajados com múltiplos títulos e com interesses diversos, indagando: quem se mobiliza? Como e em nome do que se mobilizaram para a campanha? Quais os trunfos, repertórios e regras em pauta?

É necessário, então, considerar a interdependência entre a dinâmica da disputa política local e a constituição de espaços políticos nos planos estadual e nacional. Isto é, perceber como se processa a interação entre espaços periféricos (locais) e centrais (especializados, diferenciados e profissionalizados) de embate eleitoral; sendo que os primeiros podem ser mais ou menos integrados às lógicas de funcionamento e divisão do espaço político central (especialmente às lógicas partidárias).

Os casos de eleições periféricas, menos integradas aos princípios que regem as lutas nacionais, estariam marcados pelo baixo peso das etiquetas partidárias, pela “intimidade” dos eleitores com os candidatos, pela importância das questões específicas das localidades e pela evocação de questões pessoais e privadas nas escolhas. A tendência seria a constante incorporação desses espaços periféricos ao espaço central de concorrência. A expansão geográfica dos partidos políticos, o enraizamento de uma disciplina do voto, a profissionalização dos políticos em todos os níveis e a influência de fatores macro-estruturais (urbanização, expansão do

sistema escolar, do sistema de comunicação, etc.) balizam os argumentos utilizados para afirmar essa inclinação (GAXIE e LEHINGE, 1984).

A interpretação dessa mesma “tendência” pode adquirir um olhar contrastante. Nesse, antes de negá-la (principalmente a generalização das referências aos partidos políticos nos períodos eleitorais), visa-se atentar para a permanência de um duplo horizonte das práticas, de um duplo conjunto de relações que assegura a persistência de regras distintas e que contribui para a distinção entre o local e o nacional. Ou seja, busca-se captar as representações acerca do que é local e do que é nacional em política, acionadas pelos próprios agentes, bem como verificar como estão imbricadas com dimensões e lógicas amalgamadas e presentes no exercício da prática política (campanhas, alianças, mandatos, militância partidária, administração de bases eleitorais, etc.) como atividade especializada (LAGROYE, 1993).

Essa perspectiva indica a necessidade de, conforme Palmeira, “superar alguns pressupostos que têm presidido as análises da ‘política local’ e do ‘poder local’ (...) e a contraposição, geograficamente reificada, entre o que é e o que não é local e, conseqüentemente, deslocar o enfoque para uma “espécie de ‘dualidade’ da política, feita de relações institucionais e relações pessoais em todos os níveis, do local ao nacional” (PALMEIRA, 2006, p. 139).

Logo, em contextos em que as relações se desenvolvem de maneira pessoal e direta, permeadas por “obrigações” e por normas de lealdade e de reciprocidade que regem a vida social, a política oficial ou a “grande política” – com suas siglas partidárias e instituições – se faz presente em um período de tempo limitado (inclusive, interferindo e organizando essas relações). Assim como em espaços conformados pelo predomínio da política institucional (as casas legislativas, por exemplo), a política das reputações ou a “pequena política” garante a capacidade de trânsito e mediação¹ com maior eficácia. Mais do que constatar mera contraposição entre re-

lações formais e informais que pautam a política e que são separadas para efeitos de análise, cumpre perceber como ambas se influenciam mutuamente².

Dessa forma, tenta-se também apreender neste estudo: como se configuram cadeias de líderes-seguidores que ligam agentes situados em diferentes posições na hierarquia política? Como são mobilizadas no processo eleitoral municipal? Quais as bases sociais (vínculos partidários, religiosos, clubísticos, de parentesco, de reciprocidade, etc.) de interconexão que ligam candidatos, cabos eleitorais e apoiadores? De que modo os recursos de liderança são acumulados e utilizados nas transações com os seguidores³?

Há ainda um movimento confluyente de valorização de novos atores, de modalidades originais de intervenção política, de recursos inovadores acionados nas militâncias (sobretudo a expertise) e de legitimação de temas de investigação nas ciências sociais. O que se traduz na distinção entre “militantismos clássicos” ou “velhos militantismos” (vinculados à adesão a partidos e a sindicatos) e “novos militantismos” (referentes às ONGs, “altermundismos”, associações ecológicas, solidárias, “médicos sem fronteiras”, “redes de movimentos sociais”, etc.)⁴. Mais do que assumir essa oposição, reivindicando a legitimidade de um estudo como o aqui empreendido (centrado em candidatos, cabos eleitorais, etc.), cabe observar “a situação anterior e a atual e tudo o que é ‘misto’, híbrido, incerto, como os deslocamentos de um universo a outro, as reconversões ou as mobilizações” (COLLOVALD, 2001, p.137). Ou seja, cumpre perceber como, em cenários considerados tradicionais na forma de “fazer política”, novos repertórios e linguagens, assim como profissionais ligados ao marketing e ao direito eleitoral, se afirmam em consonância com as disputas faccionais⁵, com as lutas entre “famílias” e são mobilizados pelas cadeias de líderes-seguidores?

Extração social e vínculos partidários

O conjunto de informações utilizado nesta seção foi coletado na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O armazenamento das mesmas é dependente dos objetivos e das lógicas de instâncias que compõem a Justiça Eleitoral, isto é, do controle jurídico das candidaturas, para o qual a documentação reunida em forma de dossiês (depois divulgada na internet) auxilia decisivamente. Para o pesquisador, isso traz o inconveniente de apresentar informações genéricas e imprecisas e a vantagem de contar com dados referentes ao conjunto dos casos. Com efeito, foi possível sistematizar um quadro de características sociais (fazer uma sociografia) de 656 candidatos a prefeito nas eleições de 2008 no Maranhão, bem como de 212 dos 217 prefeitos eleitos (alguns municípios tiveram eleições suplementares depois de finalizadas a confecção do banco e a análise das informações).

Cabe sublinhar que entre os pretendentes ao cargo de prefeito, assim como entre os vitoriosos, há a predominância dos seguintes aspectos: presença masculina na população; candidatos que manifestaram exercer ocupações vinculadas à posse de significativo capital econômico e capital escolar; e com patrimônios declarados à justiça eleitoral em faixas acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e compostos de imóveis para residência, imóveis para aluguel, bens ligados a investimentos agropecuários e/ou industriais ou comerciais. Tais indivíduos, na maior parte dos casos, cursaram o ensino médio completo e ensino superior completo ou incompleto. Levando em consideração os conhecidos índices que situam o Maranhão entre os estados mais pobres do Brasil, verifica-se, em escala muito ampliada, o fenômeno da sobre-representação das camadas dominantes e da sub-representação dos setores dominados da hierarquia social.

Quadro 1 – Sexo dos candidatos

Sexo	Nº	%
Masculino	543	82,7
Feminino	113	17,3
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 2 – Sexo dos eleitos

Sexo	Nº	%
Masculino	183	86,3
Feminino	29	13,7
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 3 – Profissão dos candidatos

Profissão	Nº	%
Empresário	79	12
Médico	68	10,3
Advogado	38	5,8
Comerciante	61	9,3
Administrador	22	3,3
Agricultor	50	7,6
Aposentado	19	2,8
Engenheiro	15	2,2
Pecuarista/Produtor Agropecuário	30	4,5
Professor (EF, EM e ES)	37	5,6
Trabalhador Rural	11	1,7
Servidor Público	39	5,9
Contador	9	1,3
Estudante/Bolsista/Estagiário	9	1,3
Motorista	7	1,1
Agrônomo	8	1,2
Pedagogo	7	1,1
Outros	147	22,4
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 4 – Profissão dos eleitos

Profissão	Nº	%
Empresário	18	8,5
Médico	28	13,2
Advogado	10	4,7
Comerciante	22	10,3
Administrador	4	1,9
Agricultor	16	7,5
Aposentado	4	1,9
Engenheiro	8	3,7
Pecuarista/Produtor Agropecuário	16	7,5
Professor (EF, EM e ES)	12	5,6
Trabalhador Rural	4	1,9
Servidor Público	15	7
Contador	6	2,8
Outros	49	23,1
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 5 – Montante patrimônio candidatos

Montante	Nº	%
Não possui bens	45	6,8
Até R\$ 100.000,00	170	25,9
R\$ 101.000,00 – R\$ 500.000,00	293	44,6
R\$ 501.000,00 – R\$ 999.000,00	78	11,9
Acima de R\$ 1.000.000,00	70	10,6
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 6 – Montante patrimônio eleitos

Montante	Nº	%
Não possui bens	6	2,8
Até R\$ 100.000,00	48	22,6
R\$ 101.000,00 - R\$ 500.000,00	104	49,0
R\$ 501.000,00 – R\$ 999.000,00	22	10,3
Acima de R\$ 1.000.000,00	32	15,0
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 7 – Composição patrimônio candidatos

Composição	Nº	%
Não possui bens	44	6,7
Bens de Consumo Duráveis (1)	166	25,3
Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados (2)	112	17
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários (3)	196	29,8
Bens Ligados a Investimentos Empresariais/Comerciais	67	10,2
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresariais Comerciais (4)	71	10,8
Total	656	100

Fonte: TSE

1. Principalmente casas de residência (quando possuem apenas uma) e automóveis.
2. Quando os candidatos possuem mais de um imóvel. Isto é, outros imóveis além daquele em que habitam.
3. Especialmente terras, cabeças de gado e tratores.
4. Destacando-se salas e pontos comerciais, participação em empresas e indústrias, etc.

Quadro 8 – Composição patrimônio eleitos

Composição	Nº	%
Não possui bens	6	2,8
Bens de Consumo Duráveis	41	19,3
Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados	35	16,5
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários	74	35
Bens Ligados a Investimentos Empresariais/Comerciais	31	14,6
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresariais Comerciais	25	11,8
Total	212	100

Fonte: TSE

Quadro 9 – Grau de escolarização candidatos

Grau de Escolarização	Nº	%
Lê e Escreve – LEE	7	1
Ens. Fundamental Completo – EFC	57	8,7
Ens. Fundamental Incompleto – EFI	46	7
Ensino Médio Completo – EMC	189	28,8
Ensino Médio Incompleto – EMI	17	2,5
Ensino Superior Completo – ESC	293	44,7
Ensino Superior Incompleto – ESI	47	7,1
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 10 – Grau de escolarização eleitos

Grau de Escolarização	Nº	%
Lê e Escreve – LEE	3	1,4
Ens. Fundamental Completo – EFC	18	8,4
Ens. Fundamental Incompleto – EFI	13	6,1
Ensino Médio Completo – EMC	60	28,3
Ensino Médio Incompleto – EMI	7	3,3
Ensino Superior Completo – ESC	99	46,6
Ensino Superior Incompleto – ESI	12	5,6
Total	212	100

Fonte: TSE

Verifica-se, com base nos Quadros 1 e 2, que a predominância do sexo masculino cresce de 82,7% entre os candidatos para 86,3% entre os vitoriosos.

Da mesma forma, comparando-se as duas situações, no que concerne à profissão, nos Quadros 3 e 4, a frequência de médicos sobe de 10,3% para 13,2%; de pecuaristas/produtores agropecuários sobe de 4,5% para 7,5% e outras profissões socialmente valorizadas como empresários, advogados, professores e agricultores⁶ mantêm índices significativos.

No que tange ao montante do patrimônio (Quadros 5 e 6), observa-se que, entre os candidatos, quase 70% declararam possuir um patrimônio superior a R\$ 100.000,00; e mais de 22% acima de R\$ 500.000,00. Entre os eleitos, quase 75% informa-

ram possuir patrimônio acima de R\$ 100.000,00 e 25% acima de R\$ 500.000,00, sendo que aqueles que tornaram público não possuir bens e/ou possuir um patrimônio de até R\$ 100.000,00 diminuem, respectivamente, de 6,8% e 25,9% entre os candidatos para 2,8% e 22,6% entre os eleitos.

A classificação do montante dos patrimônios em composições (Quadros 7 e 8), permite constatar o peso da posse de bens ligados a investimentos agropecuários (terras, tratores e gado): somam 29,8% entre os candidatos e 35% entre os eleitos. Isso, sem deixar de mencionar que 10,8% dos primeiros e 11,8% dos últimos possuem bens ligados tanto a investimentos agropecuários quanto a investimentos empresariais e/ou comerciais. Juntam-se a esses, 10,2% dos candidatos e 14,6% dos eleitos que são proprietários de bens vinculados apenas a investimentos comerciais e/ou empresariais. Somados, representam mais de 50% dos candidatos e mais de 70% dos eleitos, enquanto que aqueles que declararam não possuir bens ou apenas possuir bens de consumo duráveis somam 33% entre os candidatos e 22% entre os eleitos.

Os Quadros 9 e 10, relativos ao grau de escolarização, revelam que 51,8% dos candidatos e 52,2% dos eleitos possuem ensino superior completo (a maior parte) ou passaram por instituições de ensino superior (a menor parte). Esses dados somados aos 28,8% dos candidatos e 28,3% dos eleitos que detêm o ensino médio, sinalizam a importância do acesso à escolarização entre as “elites políticas locais” que se distinguem dos contingentes de eleitores com índices muito baixos de escolarização.

Os dados se mostram ainda mais relevantes quando relacionados ao tamanho dos colégios eleitorais dos municípios. Desvela-se nitidamente o peso do patrimônio econômico e do grau de escolaridade, à medida que crescem os contingentes de eleitores das cidades.

Quadro 11 – Montante do patrimônio por tamanho do Colégio Eleitoral

Montante/ Tamanho	Até 10.000 eleitores (%)	10.001- 20.000 eleitores (%)	20.001- 50.000 eleitores (%)	50.001- 100.000 eleitores (%)	Acima de 100.000 eleitores (%)
Não possui bens	5,3	4,7	12,5	13,6	6,6
Até R\$ 100.000,00	29	27,8	17,1	27,2	13,3
R\$ 101.000,00 R\$ 500.000,00	48,3	45,2	39	31,8	40
R\$ 501.000,00 R\$ 999.000,00	7,8	12,7	17,9	9	26,6
Acima de R\$ 1.000.000,00	9,3	9,4	13,2	18	13,3
Total	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

Quadro 12 – Composição do Patrimônio por tamanho de Colégio Eleitoral

Composição/ Tamanho	Até 10.000 eleitores (%)	10.001- 20.000 eleitores (%)	20.001- 50.000 eleitores (%)	50.001- 100.000 eleitores (%)	Acima de 100.000 eleitores (%)
Não possui bens	5,3	4,2	12,5	13,6	6,6
Bens de Consumo Duráveis	25	27,9	21,8	22,7	26,6
Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados	18	16,1	12,5	27,2	40
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários	33	31,2	27,3	9	-
Bens Ligados a Investimentos Empresariais/ Comerciais	10	10,4	11	9	6,6
Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresarias Comerciais	8,6	9,9	14,9	18	20
Total	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

Quadro 13 – Grau de escolarização por tamanho de Colégio Eleitoral

Grau de Escolarização /Tamanho	Até 10.000 eleitores (%)	10.001- 20.000 eleitores (%)	20.001- 50.000 eleitores (%)	50.001- 100.000 eleitores (%)	Acima de 100.000 eleitores (%)
Lê e Escreve	2,1	-	0,8	-	-
Ensino Fundamental Completo	11,1	6,1	9,3	-	6,7
Ensino Fundamental Incompleto	9,6	5,6	3,9	9	-
Ensino Médio Completo	33,6	26,4	26,5	18	6,7
Ensino Médio Incompleto	3,1	2,3	0,8	-	-
Ensino Superior Completo	33,3	51,4	50	63,6	86,6
Ensino Superior Incompleto	6	8	8,5	9	-
Total	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

O quadro número 11 retrata que os candidatos com patrimônio acima de R\$ 1.000.000,00 representam 9,3% dos candidatos de municípios com até 10.000 eleitores, 9,4% dos candidatos de municípios com Colégio Eleitoral entre 10.001 e 20.000 eleitores, 13,2% dos candidatos de municípios com Colégio Eleitoral entre 20.001 e 50.000 eleitores, 18% dos candidatos de municípios com Colégio Eleitoral entre 50.001 e 100.000 eleitores e 13,3% dos candidatos de municípios com mais de 100.000 eleitores. Quando somamos todos os candidatos com montante de patrimônio situado acima de R\$ 500.000,00, a tendência é mais visível ainda. Aproximadamente 16% no primeiro padrão de colégio eleitoral, 22% no segundo, 31% no terceiro, 27% no quarto e 40% no quinto.

Quando atentamos para a composição do patrimônio (Quadro 12), essa tendência pode ser nuançada. Há uma inversão da tendência anterior, ao considerarmos o peso dos candidatos com bens ligados a investimentos agropecuários (sem bens

associados a investimentos comerciais ou empresariais). Eles são 33% no primeiro padrão de município, 31,2% no segundo, 27,3% no terceiro, 9% no quarto e 0% no quinto. O que contrasta igualmente com os números daqueles que declararam possuir tanto bens vinculados a investimentos agropecuários quanto a investimentos comerciais e empresariais, aumentando de 8,6% no primeiro padrão, para 9,9% no segundo, 14,9% no terceiro, 18% no quarto e 20% no quinto.

Já quando agregamos as três primeiras linhas do quadro 12 sobre a composição do patrimônio (aqueles que não possuem bens a declarar, que possuem bens de consumo duráveis e que possuem bens de consumo duráveis mais imóveis urbanos não utilizados), observamos a maior frequência de candidatos mais despossuados nos maiores colégios eleitorais. Enquanto nos três primeiros padrões esses candidatos somam 48,3%, 48,2% e 46,%, nos dois últimos somam 63,5% e 73,2%, respectivamente.

Chama a atenção também (Quadro 13) que no primeiro padrão de colégio eleitoral há 33,3% de candidatos com ensino superior completo, no segundo padrão 51,4%, no terceiro 50%, no quarto 63,6% e no quinto padrão 86,6%⁷. Adicionando aqueles que alcançaram o ensino superior completo e aqueles que freqüentaram instituições de ensino superior, as freqüências são de 39,3%, 59,4%, 58,5%, 72,6% e 86,6%. No que diz respeito àqueles que informaram possuir o ensino fundamental completo ou incompleto ou apenas que sabem ler e escrever, têm-se, aproximadamente, 22% no primeiro padrão, 12% no segundo, 12% no terceiro, 9% no quarto e 6,6% no quinto.

Comparando os maiores colégios eleitorais com os menores, é possível identificar: a) que, nos primeiros, há uma “elite política” mais diversificada socialmente, com acesso mais fácil ao ensino superior, com maior volume de patrimônio e com maior peso do patrimônio composto simultaneamente por terras, gado e empresas e do patrimônio composto por bens de consumo duráveis e imóveis não utilizados; b) enquanto nos menores, se evidencia uma “elite política”

com certa dificuldade de acesso ao ensino superior, com menor peso do montante do patrimônio e maior importância do patrimônio composto por bens ligados aos investimentos agropecuários.

A centralidade desses indicadores na pesquisa está, obviamente, baseada no esquema analítico adotado. A ênfase em informações sobre capital econômico e capital escolar que permitam delinear a extração social dos candidatos não implica, contudo, cair numa espécie de sociologismo⁸. Para tanto, é necessário examinar as posições político-ideológicas, aqui tomadas muito genericamente por meio das vinculações partidárias. Sem deixar de mencionar a necessidade de combinar a utilização de informações e de seu tratamento mais quantitativo com outras estratégias metodológicas mais qualitativas, visando observar os usos desses recursos, suas reconversões em trunfos de luta eleitoral e sua imbricação com outras bases sociais como o capital de relações sociais, as alianças e reciprocidades e as posições nas cadeias de *mediação* (tema da próxima seção). Porém, “não é suficiente se aceitar a idéia de que essa dicotomia [entre o tratamento quantitativo e o qualitativo] não tem sentido, se não for posta em prática”, bem como não resolve a questão reduzir o “tratamento quantitativo como sendo uma etapa do trabalho”. Ou seja,

Mais do que dicotomias ou etapas, se trata de abordar diferentes dimensões, algumas mais passíveis de tratamento e apreensão através de informações mais gerais e, portanto, mais superficiais e quantificáveis, enquanto outras somente são apreensíveis com a utilização de abordagens mais aprofundadas. (...) abordagens e tratamentos diferentes para dimensões distintas, mas que, por suposto, são interdependentes (CORADINI, 1999, p.10).

No tocante às filiações partidárias, percebe-se a forte tendência de adesão dos candidatos às principais forças políticas estaduais ou às facções com domínio personalizado exercido por algumas lideran-

ças e “famílias de políticos”. Ou seja, o pertencimento às siglas e os movimentos operados entre elas, de uma eleição a outra, não são compreensíveis sem que se levem em conta as configurações locais em um jogo de interdependências com as configurações mais centrais (principalmente em âmbito estadual).

Quadro 14 – Filiações Partidárias (dos candidatos)

Partido	Nº	%
PDT	125	19,0
PMDB	67	10,2
PSDB	55	8,3
DEM	43	6,5
PV	48	7,3
PT	39	5,9
PTB	36	5,5
PRB	36	5,5
PSB	35	5,3
PP	30	4,5
PPS	24	3,6
PR	21	3,2
Outros	97	14,7
Total	656	100

Fonte: TSE

Quadro 15 - Filiações Partidárias (dos eleitos)

Partido	Nº	%
PDT	65	30,6
PMDB	16	7,5
PSDB	25	11,8
DEM	17	8
PV	18	8,3
PT	10	4,6
PTB	9	4,2
PRB	9	4,2
PSB	6	2,8
PP	11	5,1
PPS	4	1,8
PR	6	2,8
Outros	16	8,4
Total	212	100

Fonte: TSE

As frequências de candidatos filiados a alguns partidos (Quadros 14 e 15) apontam nesse sentido⁹, conforme se pode observar: ao PDT (19% entre os candidatos e 30,6% entre os eleitos), partido liderado por Jackson Lago, governador eleito em 2006 e casado em 2009; ao PSDB (8,3% entre os candidatos e 11,8% entre os eleitos), partido que ocupou grande espaço no interior do governo Jackson Lago¹⁰; ao PSB (5,3% entre os candidatos e 2,8% entre os eleitos), partido que foi fortalecido com o ingresso do então governador do estado José Reinaldo Tavares, depois dele romper suas relações pessoais e políticas com a “família Sarney”¹¹; e ao PPS (3,6% entre os candidatos e 1,8% entre os eleitos), partido do vice-governador de Jackson Lago.

Da mesma forma, as frequências de candidatos filiados a outros partidos: ao PMDB (10,2% entre os candidatos e 7,5% entre os eleitos), partido ao qual se filiou Roseana Sarney, em 2006, depois de concorrer ao governo do estado pelo DEM; ao PV (7,3% entre os candidatos e 8,3% entre os eleitos), partido liderado no estado pelo deputado federal Sarney Filho (filho do ex-presidente, ex-governador do Maranhão e atual senador pelo Amapá, José Sarney, e irmão de Roseana Sarney) desde sua filiação a essa sigla, em 2003; ao DEM (6,5% entre os candidatos e 8% entre os eleitos), sigla que abriga importantes aliados da “família Sarney”; e ao PTB (5,5% entre os candidatos e 4,2% entre os eleitos), partido igualmente formado por lideranças que têm se mostrado leais à facção liderada pela atual governadora Roseana Sarney e que contou com o ingresso dos irmãos Manoel Ribeiro (ex-presidente da Assembleia Legislativa e atual deputado estadual) e Pedro Fernandes Ribeiro (atual deputado federal)¹².

Essas especificidades na dinâmica da filiação/desfiliação partidária dos candidatos ficam mais patentes se observarmos, por exemplo, que entre

os 656 candidatos analisados nas eleições de 2008, 240 (36,5%) foram candidatos em 2004; 161 (25% dos 646 casos cuja informação estava disponível no site do TSE) em 2000; e 65 (21,5% dos 305 casos dos quais se obteve a informação) em 1996¹³. Entre os 240 que concorreram em 2004 e 2008, 111 (47%) migraram de partido entre uma eleição e outra; e entre os 161 que concorreram em 2000 e 2008, 108 (67%) trocaram de sigla partidária entre os respectivos processos eleitorais.

E se tomarmos os destinos das migrações partidárias (Quadros 16 e 17), constatamos a atração pelo PDT (48,6% nas migrações entre 2004 e 2008 e 23,1% nas migrações entre 2000 e 2008); pelo PSDB (9,9% nas migrações entre 2004 e 2008 e 8,3% nas migrações entre 2000 e 2008); e pelo PSB (7,2% nas migrações entre 2004 e 2008 e 5,6% nas migrações entre 2000 e 2008). Como reação ao movimento de uns, parece haver o deslocamento de parte de seus adversários locais para o outro pólo, como é possível se identificar pelos movimentos de adesão ao PMDB (6,3% nas migrações entre 2004 e 2008 e 11,1% nas migrações entre 2000 e 2008); ao PV (7,2% nas migrações entre 2004 e 2008 e 12% nas migrações entre 2000 e 2008); e ao PTB (3,6% nas migrações entre 2004 e 2008 e 3,7% nas migrações entre 2000 e 2008).

Quadro 16 - Destino migração partidária (2004 – 2008)

Partido	Nº	%
PDT	54	48,6
PV	8	7,2
PMDB	7	6,3
PSDB	11	9,9
PRB	10	9
PP	4	3,6
PSB	8	7,2
PTB	4	3,6
Outros	5	4,5
Total	111	100

Fonte: TSE

Quadro 17 - Destino migração partidária (2000 – 2008)

Partido	Nº	%
PDT	25	23,1
PV	13	12
PMDB	12	11,1
PSDB	9	8,3
PRB	6	5,6
PP	6	5,6
PSB	6	5,6
PTB	4	3,7
DEM	4	3,7
PR	4	3,7
Outros	19	17,5
Total	108	100

Fonte: TSE

Essa circulação explica, ainda que parcialmente, o fato de os principais partidos que abrigam essas facções estaduais, e que concorrem no plano municipal, terem perfis de candidatos bastante semelhantes. Utilizando os mesmos indicadores de extração social analisados aqui, é possível afirmar que a clivagem não obedece às correlações ideologia/composição social (direita x esquerda/escolarização/patrimônio/ocupação)¹⁴, mas, às distinções entre grandes partidos (aqueles que abrigam as principais lideranças e seus seguidores e reúnem candidatos com maior volume de capital econômico e escolar) e os menores (que são centralizados por lideranças estaduais mais periféricas e seus seguidores agregam candidatos com menor volume de capital econômico e escolar). Os quadros a seguir ilustram tal situação.

Quadro 18 – Montante do patrimônio por Partido

	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
1	4	1,4	-	6,9	4,1	10,2	8,3	11,1	11,4	13,3	4,1	14,2	10,3
2	22,4	17,9	20	20,9	27	41	30,5	27,7	17,1	43,3	33,3	19	30,9
3	52	47,7	45,4	37,2	50	41	38,8	33,3	48,5	30	54,1	52,3	37,1
4	12	14,9	18,1	16,2	8,2	2,5	11,1	22,2	14,2	6,6	4,1	-	10,3
5	9,6	17,9	16,3	18,6	10,4	5	11,1	5,5	8,5	6,6	4,1	14,2	11,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte TSE

1 - Não possui bens; 2 - Até R\$ 100.000,00; 3 - R\$ 101.000,00–R\$ 500.000,00; 4 - R\$ 501.000,00–R\$ 999.000,00; 5 - Acima de R\$ 1.000.000,00.

Quadro 19 - Composição do Patrimônio por Partido

	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
1	4	1,4	-	6,9	4,1	10,2	8,3	11,1	11,4	13,3	4,1	14,2	11,3
2	23,2	22,3	18,1	11,6	29,1	41	23	30,5	28,5	23,3	29,1	19	29,8
3	20	17,9	21,8	25,5	8,2	23	13,8	25	11,4	6,6	12,5	19	11,3
4	31,2	40,3	30,9	37,2	31,2	7,6	36,1	19,4	28,5	33,3	37,5	19	26,8
5	7,2	7,4	16,3	11,6	18,7	12,8	2,7	5,5	5,7	13,3	4,1	9,5	13,4
6	14,4	10,4	12,7	6,9	8,2	5,1	13,8	8,3	14,2	10	12,5	19	7,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte TSE

1 - Não possui bens; 2 - Bens de Consumo Duráveis; 3 - Bens de consumo Duráveis + Imóveis Não Utilizados; 4 - Bens Ligados a Investimentos Agropecuários; 5 - Bens Ligados a Investimentos Empresariais/ Comerciais; 6 - Bens Ligados a Investimentos Agropecuários + Investimentos Empresariais/Comerciais.

Quadro 20 - Grau de escolarização por Partido

Grau Escol.	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
LEE	1,6	1,5	-	2,3	2	-	-	-	2,8	-	-	-	1
EFC	8	10,4	7,2	4,6	6	10,2	2,7	8,3	5,7	26,6	8,3	-	11,3
EFI	8	-	9	6,9	6	5,1	13,9	8,3	-	10	4,1	14,2	8,3
EMC	25,6	38,8	32,7	23,2	18,7	30,7	22,2	33,3	25,7	30	29,1	42,8	28,8
EMI	6,4	-	-	-	6	2,6	2,7	-	2,8	-	-	4,7	1
ESC	46,4	43,2	45,4	55,8	50	43,5	52,7	25	60	26,6	41,6	23,8	44,3
ESI	4	5,9	5,4	6,9	10,4	7,6	5,5	22,2	2,8	6,6	16,6	14,2	5,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 21 – Profissão por Partido

Profissão/ Partido	PDT (%)	PMDB (%)	PSDB (%)	DEM (%)	PV (%)	PT (%)	PTB (%)	PRB (%)	PSB (%)	PP (%)	PPS (%)	PR (%)	Outros (%)
Empresário	11,2	15,2	9	6,9	6,3	10,2	8,3	25	2,8	10	16,6	9,5	15,4
Médico	13,6	11,9	3,6	9,3	16,6	10,2	11,1	-	14,2	6,6	16,6	9,5	7,2
Advogado	6,4	4,4	5,4	9,3	4,4	2,5	5,5	2,6	14,2	3,3	4,1	4,7	7,2
Comerciante	12	10,4	16,3	9,3	8,2	7,5	5,5	11,1	11,4	16,6	11,3	4,7	7,2
Administrador	2,4	1,4	7,2	2,3	2,2	5	-	5,5	5,7	-	4,1	4,7	3,1
Agricultor		8,9	1,8	11,6	6,3	10,2	8,3	11,1	8,5	3,3	12,5	14,2	4,1
Aposentado	4,8	4,4	-	2,3	4,4	-	5,5	2,6	-	3,3	4,1	-	2,1
Engenheiro	4		-	2,3	4,4	2,5	2,6	-	-	3,3	-	-	4,1
Pecuarista/ Prod. Rural	4	4,4	14,5	4,6	6,3	2,5	8,3	2,6	5,7	16,6	-	4,7	4,1
Professor	4	1,4	9	11,6	6,3	10,2	2,6	2,6	5,7	6,6	4,8	4,7	6,2
Trabalhador rural	1,6	1,4	-	-	2,2	2,5	5,5	-	-	3,3	-	4,7	2,1
Servidor Público	4,8	7,4	9	11,6	10,4	12,8	8,3	8,3	-	10	-	4,7	7,2
Contador	3,2	1,4	3,6	2,3	-	2,5	5,5	-	-	3,3	4,8	-	1
Estudante	0,8	2,8	-	2,3	-	-	-	5,5	2,8	-	-	-	-
Motorista	1,6		-	-	-	-	-	2,6	-	-	-	4,7	4,1
Agrônomo	2,4		-	2,3	-	-	2,6	-	-	-	-	4,7	2,1
Pedagogo	0,8	1,4	-	-	2,2	-	-	-	2,8	-	-	-	1
Outros	14,4	23,2	20	11,6	18,9	20,5	19,4	19,4	25,7	13,3	20,8	23,8	21,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: TSE

Entre os doze partidos considerados nestes quadros, as menores freqüências de candidatos com ensino superior completo estão no PRB (25%), no PP (26,6%) e no PR (23,8%), enquanto nos demais tais freqüências ultrapassam 40% (v. Quadro 20).

Já as menores freqüências de montante de patrimônio econômico, casos de candidatos com patrimônio declarado acima de R\$ 1.000.000,00, estão no PRB (5,5%), no PP (6,6%), no PPS (4,1%) e no PT (5,0%) (v. Quadro 18).

Considerando aqueles casos cuja composição do patrimônio é marcada pela posse de bens ligados a investimentos agropecuários (terras, gado, etc.), nota-se que apenas o PT, o PRB e o PR (com respectivamente 7,6%, 19,4% e 19% dos casos) apresentam freqüências inferiores a 20%. Entre aqueles que declararam possuir bens associados a investimentos empresariais e/ou comerciais, as menores freqüências encontram-se no PTB (2,7%), no PRB (5,5%), no PSB (5,7%) e no PPS (4,1%). Entre aqueles que

informaram a posse de bens tanto relacionados a investimentos empresariais/comerciais quanto a agropecuários, os números mais baixos encontrados foram no PT (5,1%), no DEM (6,9%), no PRB (8,3%) e no PV (8,2%) (v. Quadro 19).

Por fim, se tomarmos as profissões dominantes no pólo econômico, as menores freqüências de empresários se encontram no PSB (2,8%), no PV (6,3%) e no DEM (6,9%); de comerciantes no PR (4,7%), no PTB (5,5%) e no PT (7,5%); de pecuaristas/produtores rurais no PT (2,5%), no PRB (2,6%) e no PR (4,7%). Em contraste, as maiores freqüências de trabalhadores rurais estão no PTB (5,5%), no PR (4,7%) e no PP (3,3%) (v. Quadro 21).

Levando-se em consideração estes quadros, é viável localizar, com base nas freqüências relativas ao capital econômico e/ou escolar, em um pólo, PDT, PMDB e PSDB (os três com mais candidatos e eleitos), e, em outro pólo, PRB, PR e PP. Numa posição intermediária estão PT, PV, PSB, DEM, PTB e

PPS que apresentam, nos três quadros, frequências altas e baixas de capital econômico e/ou escolar.

Dinâmicas da política local

A investigação se apóia também sobre o material das eleições municipais de 2008, coletado por uma equipe de pesquisadores, durante o período de campanha, em quatro municípios do Maranhão: São Luís, Caxias, Pinheiro e Lago da Pedra. A partir dos universos de disputa enfocados, é possível co-tejar a dinâmica de concorrência eleitoral em municípios com características bastante discrepantes. Foram examinadas campanhas: 1) na capital e em três municípios do interior; 2) em duas cidades em que o vencedor é alinhado com a facção que controlou o governo estadual (São Luís e Caxias) até 2009 (quando Jackson Lago foi cassado) e em duas outras (Pinheiro e Lago da Pedra), nas quais os prefeitos eleitos são adversários do governador eleito em 2006 e vinculados à facção liderada pela “família Sarney”, que dominou a política estadual durante 40 anos; 3) em colégios eleitorais do Maranhão com tamanhos diferenciados (São Luís possui 636.916, Caxias 97.795, Pinheiro 50.056 e Lago da Pedra 31.653 eleitores); 4) em cenários em que as campanhas ocorrem com maior peso no espaço do horário eleitoral gratuito (HEG) da TV, do marketing, dos meios de comunicação (São Luís em maior e Caxias e Pinheiro em menor grau) ou são mais marcadas pelo “corpo-a-corpo”, pelas “visitas”, pelas redes de interconhecimento (com destaque para Lago da Pedra, cujos candidatos a prefeito não têm acesso ao HEG na TV, mas com forte influência nas demais cidades também).

Para fins de exposição, serão privilegiados os três seguintes eixos na caracterização dos universos pesquisados. Em primeiro lugar, o perfil do candida-

to vitorioso, isto é, origens sociais, percursos políticos e principais trunfos acionados na campanha. Em segundo lugar, a composição da equipe de campanha do mesmo e de alguns dos seus principais apoiadores. E, em terceiro lugar, uma descrição sumária dos adversários.

Em São Luís, o prefeito eleito no segundo turno foi João Castelo Ribeiro Gonçalves (João Castelo). Filho de desembargador, ele atua como empresário e é formado em direito pelo Centro Universitário de Brasília (Distrito Federal). Seu patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R\$ 6.363.437,58, composto por empresas, fazendas, criações de gado e imóveis.

João Castelo ocupou vários cargos administrativos, entre 1954 e 1970 (entre os quais assistente de gabinete do prefeito, com apenas 18 anos de idade, e diretor e presidente do Banco da Amazônia – BASA). Elegeu-se deputado federal, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 1970 e 1974. Em 1978, foi escolhido como candidato da ARENA (sendo um dos quatro nomes indicados pelo então senador José Sarney) para concorrer a governador, tendo sido eleito pela Assembléia Legislativa. Concorreu, com sucesso, ao Senado, em 1982, e indicou seu primo, João Rodolfo Ribeiro Gonçalves, para compor a chapa como vice-governador nas mesmas eleições. Em 1985, investiu no lançamento do nome da sua esposa, Gardênia Gonçalves, como candidata a prefeita de São Luís, obtendo êxito e derrotando o candidato (Jaime Santana) apoiado pelo então presidente da República, José Sarney. Em 1986 e 1990, concorreu, para o cargo de governador, perdendo as eleições para Eptácio Cafeteira e Edison Lobão (candidatos da “família Sarney” e aliados), respectivamente. Sofreu derrotas também nas eleições para o Senado em 1990, 1994 e 2006 (nesta última, com o apoio do então governador José Reinaldo Tavares, dissidente da sua facção de origem, e do governador

eleito nessas eleições, Jackson Lago), e para a Prefeitura de São Luís em 1996, 2000 e 2004. Nas últimas décadas, se elegeu ainda deputado federal, por duas vezes, pelo PSDB, em 1998 e 2002. No governo de Jackson Lago, foi presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). Sua filha é deputada estadual pelo PSDB¹⁵.

Sua equipe de campanha tinha como alguns dos principais protagonistas: a candidata a vice, Helena Duailibe (PSB), ex-secretária de Saúde, no governo de José Reinaldo Tavares e esposa do deputado estadual Afonso Manoel (PSB); o deputado federal pelo PSDB, Pinto do Itamaraty (empresário, proprietário de “radiolas de reggae”¹⁶ e coordenador geral da campanha); o então secretário de Meio-ambiente de Jackson Lago, Othelino Filho (atual Secretário de Governo de João Castelo). Esses e outros políticos participaram da chamada Frente de Libertação do Maranhão¹⁷, em 2006, e apoiaram João Castelo, em 2008. A Frente contava também com o ex-deputado federal e integrante da chapa à Presidência da República, como vice, pelo PSB, José Antonio Almeida (um dos principais advogados na área de direito eleitoral do estado, ex-procurador do estado e da Fazenda e professor universitário) que comandava uma equipe de advogados. Além disso, a campanha lançou mão de duas equipes de profissionais de marketing político, uma de São Luís, a empresa Open-door (atuante há décadas em campanhas eleitorais no estado), e uma de Recife, assessoradas por Duda Mendonça, marqueteiro conhecido nacionalmente.

João Castelo utilizou como principal trunfo de campanha, sintetizado na idéia de “experiência”, a sua trajetória na ocupação de cargos públicos (principalmente, administrativos) e a apresentação das realizações da sua gestão no Governo do estado. Tal estratégia é evidenciada neste trecho do depoimento de um dos membros da sua equipe de campanha:

Olha, é uma das coisas que o Duda Mendonça procurou explorar bem é... foi a questão da experiência do candidato (...). Porque o nosso oponente era alguém muito jovem, é... muito inteligente, que vinha crescendo muito, mas que não tinha experiência administrativa, né. Isso foi muito trabalhado; ou seja, nós temos uma cidade com quase um milhão de habitantes, com problemas enormes e que não podia ser colocada nas mãos de uma pessoa que não tivesse experiência pra... pra tocar isso... Ele podia se perder por causa disso, por falta de conhecimento; então, isso foi muito explorado na eleição do João Castelo, a questão da experiência, governador, deputado federal, senador, a esposa já tinha sido prefeita... (Entrevista com membro da equipe de campanha).

Sobretudo no segundo turno, João Castelo recebeu o apoio explícito de grande parte dos quadros que formavam a administração do governador Jackson Lago (PDT) e de membros dos partidos da chamada “base de sustentação” do então governador. Nesse sentido, incluem-se como seus apoiadores, por exemplo: o candidato derrotado no primeiro turno, Clodomir Paz (PDT); o atual Secretário de Educação de São Luís, Moacir Feitosa (PDT); o vereador eleito, Alencar Gomes (PDT); o atual deputado federal e candidato derrotado no primeiro turno, Cleber Verde (PR) e o vereador eleito, Josué Pinheiro (PSDC).

Alguns trechos de declarações dos apoiadores no Horário Eleitoral Gratuito de televisão (HEG) explicitam, simultaneamente, a teia de relações acionada e os compromissos partidários e pessoais estabelecidos:

Eu tenho, a absoluta certeza que marcharemos a partir dessa eleição unidos, para oferecer a São Luís e ao Maranhão as alternativas de governo que o povo tanto espera

do nosso partido, PDT (Pronunciamento de Clodomir Paz, no HEG).

(...) Por isso eu posso garantir: o Castelo é muito respeitado e tem as portas abertas do Governo Federal, o que vai facilitar muito a obtenção de recursos e parcerias importantes para São Luís; sem contar, que além de experiente, Castelo é um competente, é realizador, é administrador de mão-cheia; esta é a diferença; é por isso que eu falo. Se é pra deixar o homem trabalhar, vamos deixar o Castelo trabalhar na Prefeitura; com ele, não tem risco. É votar, e ver São Luís crescer (Pronunciamento de Cléber Verde, no HEG).

A melhor opção pra São Luís é João Castelo, que foi Governador do estado, Senador da República, Deputado Federal. E Helena Duailibe, minha esposa, foi Secretária de saúde, Diretora do Socorrão, Diretora da Unidade Mista (Pronunciamento de Afonso Manoel, no HEG).

Com base nessa gama de fatores, João Castelo venceu nove adversários no primeiro turno e, especialmente, seu principal adversário, o advogado e ex-juiz federal, Flávio Dino (PC do B), filho de um ex-deputado estadual, que ocupou vários cargos de primeiro escalão em governos estaduais. Dino chegou ao segundo turno exibindo um trajeto profissional repleto de títulos (como a aprovação em primeiro lugar no concurso nacional para juiz federal e para professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA); um percurso de militâncias (líder estudantil, advogado de sindicatos, vice-presidente da Associação dos Juizes Federais, presidente do Conselho da Justiça Federal e Secretário da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal)¹⁸, além dos apoios de ministros do PT e do PC do B (apresentados como “ministros do Lula”), dos chamados membros de organizações da socie-

dade civil e de algumas das lideranças estaduais do PT (sobretudo o atual deputado federal, Washington Oliveira; a atual deputada estadual, Helena Helluy; e o candidato ao Senado, em 2006, Bira do Pindaré).

Já em Caxias, foi Humberto Coutinho quem venceu as eleições. A campanha eleitoral de 2008 no município foi disputada com outros três candidatos: Márcia Marinho (PMDB), José Antônio Monte Lima (o Tom do PT) e Agostinho Neto (PSOL).

Coutinho nasceu em Matões (MA), município próximo a Caxias, cuja atual prefeita é sua aliada. Um dos seus irmãos é vice-prefeito e o outro é vereador; este foi o mais votado e é presidente da Câmara Municipal (depois de se eleger quatro vezes vereador, em Caxias). Seu trisavô foi intendente mais de uma vez, o pai foi vereador (ambos em Matões) e a sobrinha se elegeu, nas últimas eleições, para a Câmara Municipal de Caxias, depois de um mandato por Matões (2001-2004) e uma passagem pela Secretaria de Obras do município. O prefeito vitorioso concorreu em 1988, pela primeira vez, a um cargo eletivo, sagrando-se vereador pelo PDS, com o maior número de votos. Foi ainda deputado estadual entre 1991 e 2004, elegendo-se, respectivamente, pelo PFL e pelo PTB. Em 2004, venceu as eleições para prefeito de Caxias. Em 2008, concorreu pelo PDT.

Residindo nesse município há 39 anos, ali desempenhou a profissão de médico (sendo, inclusive, proprietário de um hospital). Na campanha, não raro apareciam falas do tipo “salvou milhares de vidas” ou “mãos milagrosas”, como no trecho que se segue: “O médico que salvou milhares de vidas com suas mãos milagrosas usou a competência e a inteligência que Deus lhe deu para cuidar das pessoas de todas as idades e situações sociais” (Cf. Material de campanha do candidato). Apoiou diversos políticos locais (José Ferreira de Castro, o Zé Castro, como é conhecido; Aris Lobo e Hélio Queiroz), inclusive como artífice (termo

utilizado pelo seu “marqueteiro”, em entrevista, e que denota uma centralidade de Humberto Coutinho na facção) da campanha de um deles, Hélio Queiroz, em 1996, que concorreu a prefeito, tendo como vice, Cleide Coutinho, esposa de Humberto Coutinho.

Humberto Coutinho possui o maior patrimônio declarado, dentre todos os candidatos a prefeito do Maranhão, em 2008 (R\$ 17.975.153,68); sendo este composto, principalmente, por fazendas, gado, empresas e imóveis. O volume e a composição do seu patrimônio e o seu trabalho como médico, vereador e deputado servem de base, na campanha, para a atribuição e o enaltecimento de qualidades pessoais como “empreendedor”, “sério”, “competente”, etc.

Sua esposa, Cleide Coutinho, foi Secretária de Saúde, entre 1999 e 2000, e Secretária de Ação Social, entre 2005 e 2006 (na gestão do marido), além de vice-prefeita e deputada estadual. Elegeu-se em 2006, fazendo a chamada “dobradinha” com o candidato a deputado federal Flávio Dino (PC do B), ocupando o mandato que Humberto Coutinho exercera entre 1991 e 2004. O deputado do PC do B é apresentado como o principal elo com o plano federal, em virtude do acesso aos recursos federais e ao presidente Lula¹⁹ que o mesmo disponibilizaria. Na campanha de Humberto Coutinho, a imagem de Cleide foi construída como de uma importante colaboradora do marido que “trabalha por Caxias em São Luís” e que “vai ajudar Humberto a administrar o município”.

Para concorrer no pleito de 2008, Humberto Coutinho reuniu uma equipe de campanha que se dividia em dois tipos de componentes: um formado por indivíduos com vínculos pessoais e familiares com o candidato, e o outro por profissionais especializados em direito eleitoral e marketing político. Entre os primeiros, encontram-se um dos irmãos e sua cunhada; e, entre os últimos, um advogado de “família tradicional” na política de Caxias e um

“marqueteiro” (ex-militante do Partido dos Trabalhadores e ex-sindicalista). O advogado (que já havia trabalhado na campanha de 2004) é formado na UFMA, com especialização em direito eleitoral, pela Escola Superior de Advocacia da OAB, e contou com o suporte de um importante escritório de advocacia – especializado em direito eleitoral (cujos sócios são descendentes de “famílias de políticos” e militaram no movimento estudantil secundarista e universitário e em “grupos de esquerda”) – situado em São Luís. Trabalhou para outros candidatos, em campanhas anteriores, dentre os quais se destacam: Cleide Coutinho, Flávio Dino e Edson Vidigal (ex-presidente do STJ e candidato a governador), em 2006. Já o “marqueteiro”, é formado em Economia, com especialização em Publicidade e Marketing, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), proprietário de uma importante empresa do ramo de comunicação, situada em São Luís, que trabalhou para vários candidatos nas últimas décadas, inclusive, para o próprio Humberto Coutinho, desde 1996, e também para Cleide Coutinho e Flávio Dino, em 2006 e 2008.

Márcia Marinho: filha de mecânico e desembargadora, esposa de Paulo Marinho (ex-deputado federal e ex-prefeito de Caxias) e neta de um vereador em Caxias; 46 anos; médica (pediatra) formada pela UFMA; ex-deputada federal, eleita em 1994; Secretária de Ação Social do município de Caxias, na administração do marido, e gerente regional do município de Pedreiras-MA, em 2000, à época do governo de Roseana Sarney; foi a principal candidata em disputa com Humberto Coutinho na eleição de 2008.

As duas “famílias de políticos” exercem grande influência na política estadual e os percursos políticos dos dois principais candidatos que as representaram em 2008 (Humberto Coutinho e Márcia Marinho) refletem as disputas no âmbito estadual.

Humberto Coutinho foi um dos principais feitos do estado a acompanhar José Reinaldo Tavares na sua migração da facção estadual liderada pela “família Sarney”, e procurou capitalizar politicamente essa adesão, como pode ser observado no depoimento de um dos membros da sua equipe:

Ninguém governa a cidade sem relação com o governo do Estado. E as prefeituras vivem em penúria, o dinheiro mal dá pra pagar... Só pra você fazer uma autorização você precisa do governo do estado e do governo federal. Pois bem, então foi que ele fez, se aliou com Zé Reinaldo e certamente há ótimas relações pessoais, e o Zé Reinaldo passou a ajudá-lo muito aqui em Caxias. Ora, explicar não era nem necessário por que “você” tava com o governador. “Você” não tinha o Sarney como um ponto de referência, o ponto de referência é a máquina estatal. Logo o povo entendeu que de fato ele tava trazendo benefício pro povo (água, luz, esgoto, escola...). Então é preciso tá com quem tá ajudando a cidade (entrevista com membro da equipe de campanha).

Por sua vez, Márcia Marinho tem um percurso político que sempre esteve vinculado à facção da “família Sarney”. Eleita deputada federal pelo PSC em 1994, no final do seu mandato filiou-se ao PFL; posteriormente, migrou para o PMDB, partido ao qual se encontra vinculada atualmente, exercendo um mandato de deputada estadual. Foi apoiada por Roseana Sarney nas eleições de 2008 e é uma das principais lideranças do interior consideradas “leais” à atual governadora. O trecho que se segue ilustra o investimento pessoal de Roseana Sarney na candidatura de Márcia Marinho:

Minhas amigas e meus amigos de Caxias, aí estive no palanque para pedir voto para Márcia Marinho. Eu retorno aqui com vocês

através do vídeo para fazer novamente esse pedido muito especial para todos vocês. Eu conheço a Márcia Marinho e vocês também conhecem Márcia Marinho, sabem que ela é uma mulher séria, é uma mulher competente. Já foi prefeita, fez muito pela educação, fez muito pela saúde, fez muito pelo social, levou água para as comunidades mais carentes. Portanto, vocês sabem do trabalho da Márcia Marinho e é por isso que eu estou aqui novamente para pedir com humildade o voto de cada um de vocês. Vamos trabalhar pela Márcia. O número da Márcia é o número 15. Portanto, não esqueça: no dia 5 de outubro, vamos votar na Márcia Marinho, número 15 (Pronunciamento de Roseana Sarney, no HEG).

No município de Pinheiro, o candidato vitorioso foi José Arlindo Silva Sousa, conhecido como Zé Arlindo. Filho de um músico e professor, concluiu os cursos superiores em Geografia, na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Teologia, Faculdade do Estado do Maranhão (FACEM), além de ter iniciado Direito, na Faculdade Santa Terezinha CEST, sem concluir. Exerceu a profissão de pescador – tendo sido dirigente e ocupando atualmente a presidência de honra da Colônia de Pescadores do Município – e a de professor. O patrimônio declarado à justiça eleitoral é de R\$ 80.700,00, composto de bens de consumo duráveis e imóveis não utilizados.

Concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo, em 1988, candidatando-se a vereador, pelo PDT, sem sucesso. Depois de passagens rápidas pelo PT do B e PRTB, filiou-se ao antigo PFL (atual DEM) e concorreu a vice-prefeito, na chapa da principal liderança da cidade, o ex-prefeito e atual Secretário de Estado de Roseana Sarney, conhecido como Filuca Mendes (filho de ex-prefeito Dedeco Mendes e pai do atual deputado estadual Victor Mendes). Ambos se elegeram, em 2000 e 2004. Em 2008, Zé Arlindo concorreu ao cargo de prefeito, exaltando na cam-

panha sua experiência administrativa (fruto dos mandatos como vice-prefeito), o que o diferenciaria dos seus concorrentes. Outro aspecto muito difundido na campanha foi o fato de o então candidato ser “nascido e criado” em Pinheiro e “conhecer” a cidade, mais uma vez buscando distinguir-se dos candidatos do PDT (este, classificado como “estranho”, “estrangeiro”, etc.) e do PPS, que, embora de “famílias tradicionais”, se afastaram do município para a realização de estudos.

Zé Arlindo contou na sua campanha com uma equipe coordenada pelo deputado estadual Victor Mendes (PV), assessorado por seu pai e por outros integrantes da sua facção política. Além disso, foram contratados dois profissionais que já haviam trabalhado em campanhas anteriores: uma coordenadora de comunicação e marketing e um coordenador jurídico, ambos residentes e atuantes em São Luís. A coordenadora de comunicação e marketing é formada em jornalismo pela UFMA e tem especialização pela Escola de Comunicação e Arte da USP, em São Paulo. Já havia trabalhado nas campanhas, de 2000 e 2004, do candidato Filuca Mendes e na campanha de José Reinaldo Tavares ao governo do estado, em 2002; além de ter ocupado várias assessorias de comunicação em secretarias de estado e na Câmara dos Deputados. A campanha lançou mão de um estúdio de televisão pertencente a membros da facção para divulgar a imagem do candidato. Soma-se a isso o trabalho de divulgação da imagem do candidato, operado pelo jornal Cidade de Pinheiro, também pertencente a um membro da facção e comandado pelo jornalista Paulo Castro. O coordenador jurídico é formado na Faculdade São Luís, e já exercera a mesma função na campanha de 2004. É amigo de Victor Mendes e filho de um ex-secretário de Administração em Pinheiro que tinha ligações pessoais com um ex-deputado com origem no município e com outros membros da facção.

Os principais apoios locais foram dados pelos políticos da “família Mendes”; por intermédio desta, foram ativados os seus aliados e as redes de seguidores que cultivam. A principal base de sustentação, no plano estadual, foi do deputado federal Sarney Filho, “herdeiro” do principal político nascido na cidade (José Sarney) e que tem nela uma das suas principais bases eleitorais. As declarações de apoio transcritas dos programas de televisão, e apresentadas a seguir, são elucidativas da trama de laços que atravessa os diferentes níveis da hierarquia política:

Meus amigos e minhas amigas, irmão pinheirenses. Nós estamos nos aproximando da eleição e é importante que a gente faça uma reflexão profunda daquilo que a gente deseja para o nosso município. Tenho certeza que esses dois mandatos do nosso querido prefeito Filuca alcançaram seu objetivo. (...). E agora nós precisamos dar continuidade a esse trabalho. Tenho certeza que com o seu voto o Zé Arlindo vai ser conduzido e nós vamos continuar essa parceria lá em Brasília: eu, a Roseana, o ministro Lobão, o senador Sarney continuaremos a ajudar o município. Agora precisamos de outras etapas. Já temos o CEFET, já temos na área da saúde, da educação, da energia, muitos trabalhos, muitos progressos (...). E essa transformação precisa continuar. E é por isso que eu estou aqui para pedir o voto ao Zé Arlindo e me comprometendo também para que a gente continue essa parceria, para que o município não pare (...) (Pronunciamento de Sarney Filho no HEG).

Eu quero dizer a vocês que é uma satisfação muito grande viver em uma cidade respeitada por uma administração responsável e batalhadora. E é em nome dessa dedicação incansável do prefeito e de sua equipe de trabalho, em nome de todas as obras e projetos importantes que mudaram a vida de tantos

pinheirenses que eu peço seu voto em Zé Arlindo 25 (Pronunciamento de Vitor Mendes no HEG).

É apaixonante a gente ter a consciência do dever cumprido, a gratidão do povo e a certeza de que eles querem que esse trabalho, por isso vieram demonstrar nas ruas o carinho que tem conosco e a esperança que tem no Zé. E o povo quer dar esse recado (Pronunciamento de Filuca Mendes no HEG).

José Arlindo concorreu com dois candidatos: Luciano Genésio (PSB), advogado formado pelo CEUMA e filho do ex-prefeito de Pinheiro, José Genésio; e Leonaldson Castro (PDT), médico, conhecido como Dr. Léo, filho de comerciante e descendente de uma das famílias que outrora fora uma das mais ricas da cidade; formado na UFMA, com mestrado e doutorado no Rio de Janeiro. Luciano reuniu em torno da sua candidatura uma série de lideranças opostas à “família Mendes”, como os ex-prefeitos José Genésio e Pedro Lobato (tio do candidato a vice-prefeito), além do apoio do ex-governador José Reinaldo Tavares (PSB). Destaca-se a tentativa de acionar dois trunfos na busca da eleição: “juventude” e “tradição política familiar”. Leonaldson contou com o apoio explícito do então governador Jackson Lago (PDT) e de lideranças do PT ligadas à administração estadual como do atual deputado federal, Domingos Dutra, e do candidato ao Senado em 2006, Bira do Pindaré. Dr. Léo mobilizou a gama de títulos escolares como fator que poderia ser associado a “preparo” e como elemento de distinção em relação aos adversários.

Finalmente, em Lago da Pedra, a prefeita eleita foi Maura Jorge, filha do fazendeiro Waldir Jorge (líder da oposição ao “vitorinismo”²⁰ na cidade) e da ex-prefeita em quatro ocasiões, Raimundinha Jorge. A família mantém há décadas um escritório de atendimento e o “sistema de comunicação Wal-

dir Jorge”, do qual faz parte a rádio Santa Maura. Seu irmão mais novo, Waldir Jorge Filho, se elegeu prefeito de Lago da Pedra, em 1988, e deputado estadual, em 1994 (morreu em um acidente aéreo, no exercício do mandato).

Formada em Direito na Universidade Federal do Maranhão, Maura jamais exerceu outra atividade profissional, além dos cargos políticos ocupados (quatro mandatos de deputada estadual). Declarou um patrimônio de R\$ 899.029,37, composto de imóveis e bens ligados a investimentos empresariais.

Durante a gestão do irmão na prefeitura, Maura Jorge foi eleita deputada estadual (aos 29 anos) pelo PFL. Voltou a se eleger em 1998 (quando sua mãe ocupava o cargo de prefeita), em 2002, pelo PFL e em 2006, pelo PDT. Migrou, em 2005, juntamente com vários deputados estaduais para os partidos cujas lideranças se aliaram ao governador José Reinaldo Tavares, quando ele rompeu com a facção liderada pela “família Sarney”. Apesar disso, em sua campanha de 2006, teria “liberado” seus eleitores para votar em Roseana Sarney (DEM). Foi pelo DEM que concorreu em 2008, depois de uma tentativa fracassada da cunhada (viúva do ex-prefeito Waldir Jorge Filho e irmã do atual vice-prefeito) de chegar à prefeitura. Venceu as eleições por pequena diferença, derrotando a esposa do então prefeito Luís Osmani (PDT) que, além de ser atual primeira-dama, pertencia ao partido do governador do estado naquele momento (Jackson Lago).

Sua rede de apoiadores contava com cabos eleitorais que se apresentavam como amigos, aliados e membros da família e que gozavam de reputação como fazendeiros, comerciantes, líderes de movimentos religiosos ou de sindicatos, e vereadores. Entre os 10 entrevistados nesta pesquisa, todos já haviam participado de campanhas anteriores da “família Jorge”, e 7 já haviam ocupado cargos de confiança

em mandatos exercidos por Raimundinha Jorge, Waldir Jorge Filho e Maura Jorge. Assim, equipe de campanha e apoiadores se confundiam, não havendo o que foi visto nos outros municípios, isto é, uma equipe relativamente profissionalizada, com alguma divisão do trabalho político.

Os principais trunfos acionados na disputa de 2008 foram: a “tradição política familiar”, sua vinculação religiosa, assim como a experiência e a reputação de quatro mandatos como deputada estadual²¹. O uso do gênero como identidade estratégica também apareceu nas campanhas, mas sempre associado a outros elementos. A candidata relacionou a imagem de mulher tanto a seus anos de mandatos acumulados como deputada, como ao modo de fazer política de maneira mais pessoalizada e à sua opção religiosa, utilizando designações nas atividades de campanha como: “mulher preparada”, “mulher certa que está com o povo todo dia”, “a candidata da massa”, “a mulher escolhida por Deus”, “a mulher que anda na verdade”.

A ativação da “tradição político familiar” pôde ser observada entre as vinhetas e propagandas veiculadas na rádio Santa Maura, divulgando a campanha. Destaca-se uma que foi reproduzida em telão, veiculando imagens da candidata na abertura dos comícios. No trecho que se segue, o pertencimento à família Jorge inicia a chamada:

Natural de Lago da Pedra, filha de Waldir Jorge de Melo e Raimunda Alves de Melo, Maura Jorge iniciou a vida política no município de Lago da Pedra onde sua família tem tradição política e social na história do município, sua mãe foi prefeita por quatro mandatos com uma grande folha de serviços prestados ao povo de sua terra, seu irmão Waldir Jorge de Melo Filho foi prefeito de Lago da Pedra e exercia o mandato de deputado estadual quando faleceu vítima de aci-

dente aéreo, Maura Jorge está no seu quarto mandato de deputada estadual e agora encara mais esse desafio disputar as eleições municipais aqui em Lago da Pedra (...) e é por isso que o povo de Lago da Pedra quer Maura Jorge como prefeita dessa cidade para dar continuidade ao seu trabalho na construção de uma Lago da Pedra melhor (Trecho do material de campanha divulgado na rádio Santa Maura).

Acionando a legitimidade divina, Maura Jorge afirmava, várias vezes durante a campanha, que Deus a tinha escolhido para administrar Lago da Pedra; que a sua candidatura era direcionada pelos propósitos de Deus para trazer mudanças para o município: “Eu tenho absoluta certeza de que foi Deus que aqui me colocou; se ele me fez aceitar esse desafio, é porque ele tem um propósito. Um propósito de uma administração digna, que respeita nosso cidadão” (pronunciamento de Maura Jorge, em um jantar de campanha com os agentes de saúde).

Quanto à composição da equipe de campanha e apoiadores, como já foi mencionado, não havia uma equipe especializada em termos de atribuições profissionais, embora seja possível observar a profissionalização na política dos membros. Nas entrevistas com os apoiadores, as trocas, recompensas e gratificações simbólicas podem ser identificadas como elementos que dão sentido ao engajamento nas lutas políticas, como se pode observar nos casos relatados a seguir.

Uma apoiadora de campanha explica que dentre os fatores de adesão à candidatura de Maura Jorge está a gratidão às oportunidades e ao apoio que sempre recebeu de sua tia Raimundinha, no exercício de atividades desempenhadas na Secretaria de Ação Social de Lago da Pedra, em 1997, a convite da prefeita na época (sua tia e mãe de Maura Jorge). Fato que levou sua candidatura e eleição como vereadora em 2000.

A tia Raimundinha como prefeita de Lago da Pedra, tava no terceiro mandato e me convidou para trabalhar na Secretaria de Ação Social e eu aceitei. (...) Eu era responsável mais pelo serviço externo, tipo fazia cadastro, quando tinha os projetos, os convênios (...) no ano de 2000 registrei candidatura e fiz meu trabalho, fiz a campanha do jeito que a gente faz aqui, no corpo a corpo, nos bairros, nas visitas, atendendo da forma como é feita a política aqui, né? Eu fiz isso e tive o privilégio de ser uma das vereadoras de Lago da Pedra (Entrevista com membro da equipe de campanha).

Outro apoiador da campanha de 2008 explica sua adesão à facção da família Jorge pelas relações de parentesco, especificamente a influência paterna. Afirmou que seu pai sempre apoiou a família de Waldir Jorge e, como líder do povoado e chefe de família, acabava influenciando no voto dos demais. O membro da equipe de campanha classifica como algo “lógico” e “automático” o fato de alguém se posicionar a favor da facção apoiada por um parente seu: “Como eu já venho de uma família de tradição em fazer parte do grupo Waldir Jorge, então lógico que automaticamente eu passei a fazer parte desse grupo e apoiar esse grupo. Meu pai já apoiava, minha mãe, tios e tias...” (Entrevista com membro da equipe de campanha). Em relação aos trabalhos de campanha, desempenhados por esse cabo eleitoral para a família Jorge, segundo nos disse, o primeiro ocorreu em 1996, ocasião em que foi coordenador geral do Comitê, na campanha de Dona Raimundinha. O prefeito de Lago da Pedra naquele período era Luís Osmani, que tentava reeleição. A “família Jorge” conseguiu a vitória eleitoral, e no ano seguinte Dona Raimundinha, em seu terceiro mandato de prefeita, convidou esse apoiador para ser diretor de

uma escola de Lago da Pedra, cargo que exerceu de 1997 a 2004.

Considerações Finais

A gama de informações apresentada neste artigo evidenciou a diversidade de cenários municipais de concorrência eleitoral. A partir de um “caso” analisado em uma unidade da Federação (o estado do Maranhão), foi possível apreender correlações entre perfis de “elites locais” e tamanhos de colégios eleitorais, assim como padrões de recrutamento de candidaturas por partidos que contrastam com resultados consagrados concernentes a outros cargos políticos (notadamente, estudos sobre a composição da Câmara dos Deputados). Pistas relativas às vinculações entre critérios mais gerais de hierarquização social e lógicas específicas de seleção política são suscitadas. Sublinha-se o cargo político como um indicador de hierarquização política que interage com outros como a dimensão demográfica ou importância social, econômica e política do município e a posição dos candidatos ou prefeitos nas cadeias de mediação política que envolvem distintos níveis da dimensão de postos ligados à concorrência eleitoral.

Do mesmo modo, percebe-se que o grau de integração dos espaços periféricos (municipais) aos espaços mais centrais se efetiva em proporções variadas, mediante alianças verticais para cima estabelecidas, administradas e renegociadas constantemente entre lideranças locais e estaduais (com projeção inclusiva na cena nacional), promovendo e atualizando a interdependência entre os jogos faccionais em âmbitos estadual e municipal. Incrementa-se, assim, a dinâmica personalística, o caráter instável e temporário das coalizões, os elementos de reciprocidade e de rivalidade que lhes são próprios.

Com efeito, chamamos a atenção para a existência de uma forte tendência à homogeneidade

da elite política e à reprodução de elites econômicas e escolarizadas, que se beneficiam da plasticidade da configuração política e do pouco peso da identificação categorial ou ideológica. Porém, em sentido inverso, se submetem a competições marcadas pela incerteza das oscilações e por realinhamentos dos jogos faccionais, e não pela incerteza dos jogos democráticos.

Por fim, cabe ressaltar a diversidade referente à especialização, complexificação e racionalização das equipes mobilizadas nas eleições. Candidatos, cabos eleitorais, apoiadores, profissionais do marketing e do direito eleitoral – com duplos vínculos com o âmbito da excelência profissional e da militância política e pautados por “lógicas cruzadas” (Reis e Grill, 2008) – coabitam em coalizões políticas e organizações mobilizadas para fins de conquista de votos. Por um lado, predominam entre os candidatos analisados: 1) posição estabelecida nas disputas faccionais locais (protagonistas de várias eleições) e no espaço social (peso do patrimônio econômico e da titulação escolar); 2) participação em disputas políticas que envolvem “famílias de políticos”; 3) alianças verticais, para cima, com lideranças estaduais; 4) migração partidária, ao longo da carreira, como parte integrante de rearranjos faccionais que envolvem os planos local e estadual. Por outro lado, tais perfis são compatíveis com condicionantes sociais díspares de atuação política, implicando, de acordo com o cenário: 1) papéis mais exigentes e variados, prescritos aos candidatos; 2) competências, repertórios e tecnologias tidos como mais modernas para interpelação de eleitores; 3) modalidades de representação/mediação compatíveis com a multidimensionalidade (partido, região, parentesco, religião, profissão, sindicato, etc.) que compõe o espaço político e com as lógicas que regem cada nível da hierarquia política (do local ao nacional).

Notas

- 1 Utiliza-se a noção de *mediação* englobando papéis prescritos aos agentes especializados na dimensão política da vida social (LAGROYE, 1997), quais sejam: a comunicação entre a parte (comunidade) e o todo (nação), a função de elos nas cadeias de relações que ligam as localidades às instituições centrais (WOLF, 2003) ou de intermediários entre grandes e pequenas estruturas (BAILEY, 2001), e a aproximação entre domínios sociais afastados por fronteiras culturais, seus códigos, regras e linguagens (VELHO e KUSCHNIR, 2000).
- 2 Para uma aplicação dessa agenda de questões em estudos que evidenciam vínculos entre deputados federais e lideranças municipais vistos a partir das atribuições assumidas e reivindicadas por ocupantes tanto de cargos eletivos locais quanto de mandatos de projeção nacional, ver Bezerra (1999, 2006).
- 3 Para uma aplicação dessa agenda em estudos sobre candidatos no Brasil, ver Grynsman (1990), Grill (2008a), Barros Filho (2008) e Costa (2009), inspirados nos estudos de Mayer (1977) sobre os *conjuntos de ação* de diferentes candidatos na Índia, e de Landé (1977), sobre as cadeias de díades verticais nas Filipinas. Fretel e Lagroye (2005) advertem para a necessidade de apreender, além das cadeias de relações mobilizadas nos conflitos, a politização das redes, ou seja, o engajamento real dos indivíduos.
- 4 Para uma discussão mais detalhada, ver Reis e Grill (2008).
- 5 Utiliza-se ao longo do texto a noção de *facção* – seguindo Landé (1977), Mayer (1977) e Boissevain (1977) – para designar coalizões políticas rivais, instáveis e temporárias, centradas em lideranças personalísticas, cujos seguidores são recrutados de acordo com os recursos disponíveis pelos egos, que são capazes de gerar retribuições àqueles que aderem à sua liderança. Lagroye (2003) alerta que esse é um caso particular de configuração política, no qual prevalece o modelo reputacional e a mobilização sustentada por transações materiais e laços pessoais. Sawicki (2003), na mesma linha, salienta que é adequada a utilização quando há a prevalência da administração de uma hierarquia piramidal que atravessa vários níveis da política em detrimento de outros papéis constitutivos do *métier* político.
- 6 A análise da ocupação juntamente com o patrimônio revela que em grande parte dos casos tratam-se de fazendeiros, proprietários de terras, gado, tratores, etc.

- 7 Essa frequência iguala o grau de escolarização dos candidatos nas grandes cidades do estado ao grau de escolarização dos deputados federais, como pôde ser observado em estudo anterior (GRILL, 2008b) que analisou os perfis de 100 políticos maranhenses que ocuparam o cargo no período de 1945-2008.
- 8 Para uma análise dos limites das perspectivas meramente sociologizantes e reducionistas na análise dos fenômenos políticos, assim como da negação da dimensão sociológica, ver Palmeira e Goldman (1996) e Coradini (1999). Para uma crítica do efeito de rotinização científica, levando ao uso sem a interrogação dos pressupostos teóricos e metodológicos desse tipo de abordagem, ver Sawicki (1999).
- 9 Sobre o chamado “governismo” na política dos municípios, é importante consultar Leal (1975).
- 10 Ao PSDB era filiado, inclusive, o chefe da casa civil, Aderson Lago, ex-deputado estadual, que foi candidato a governador em 2006, pelo PSDB, em uma estratégia de lançar vários candidatos para enfrentar a candidata Roseana Sarney (então DEM), e que é primo de Jackson Lago.
- 11 Segundo a versão mais difundida, José Reinaldo Tavares teria “planejado” o lançamento de várias candidaturas (Edson Vidigal, pelo PSB; Aderson Lago, pelo PSDB e Jackson Lago, pelo PDT) e teria apoiado, com a chamada estrutura do governo do estado, essas chapas para derrotar Roseana Sarney e a coligação montada em torno dela.
- 12 Para mais detalhes sobre os itinerários dos irmãos, ver Grill (2008b).
- 13 Não há informações na base de dados do TSE referentes às eleições municipais de 2000 e de 1996 no Maranhão para o conjunto dos municípios.
- 14 Para uma análise das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados que demonstram tal correlação, ver Rodrigues (2002) e Marenco e Serna (2007).
- 15 Esse itinerário ilustra o padrão de perfil mais recorrente dos deputados federais eleitos entre 1945 e 2006, no Maranhão: origem social “de elite”; carreiras que se iniciam por cargos de confiança de alto escalão; titulação de superior obtida fora do estado; ingresso “por cima”, na carreira de cargos eletivos (como deputado federal); peso dos cargos públicos, vínculos de parentesco com outros ocupantes de cargos eletivos e migração entre as facções estaduais, como pode ser consultado em Grill (2008b).
- 16 Equipamento de som que permite a realização de festas e shows desse gênero musical muito popular no estado.
- 17 Movimento organizado em torno da liderança do ex-governador José Reinaldo Tavares e do governador eleito, em 2006, Jackson Lago, que reunia adversários da *facção* centralizada pela “família Sarney”.
- 18 Sobre esse itinerário, ver Barros Filho (2008) e Reis e Grill (2008b).
- 19 Sobre os usos dessas relações na campanha de Flávio Dino, em 2006, e a demarcação, afiançada pela “família Coutinho”, de Caxias como seu reduto eleitoral, ver Barros Filho (2008).
- 20 Fase da política maranhense que se estendeu de 1945-1965, comandada pelo senador Vitorino Freire e que teria sido encerrada com a chegada de José Sarney ao governo do estado. Para mais detalhes, ver Costa (2006) e Gonçalves (2000).
- 21 Para mais informações sobre a candidata e sua rede de apoiadores, consultar Costa (2009).

Referências Bibliográficas

BARROS FILHO, José. “A tradição engajada: origens, redes e recursos eleitorais no percurso de Flávio Dino”. In : GRILL, Igor Gastal ; REIS, Eliana Tavares dos; BARROS FILHO; José. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: EDUFMA, 2008.

BAILEY, Fredrick George. *Stratagemms and Spoils. A Social Anthropologic of politics*. Oxford: Westview, 2001.

BEZERRA, Marcos Otávio. “O ‘caminho das pedras’: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais”. PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das bases*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BOISSEVAIN, Jeremy. “Factions, parties and politics in a maltese village”. *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.

- BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- COLLOVALD, Annie. “De la défense des pauvres nécessaires à l’humanitaire expert. Reconversion et métamorphoses d’une cause politique”. *Politix*, n.º 56, 2001, p. 135 – 161.
- CORADINI, Odaci Luiz. *A Extração Social dos Candidatos: as eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.
- COSTA, Wagner Cabral da. *Sob o signo da morte*. São Luís: EDUFMA, 2006.
- COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. *Mulheres e Especialização Política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais do Maranhão*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2009.
- GAXIE, Danel; LEHINGE, Patrick. *Enjeux Municipaux*. La constitution des enjeux politiques dans une election municipale. Paris: Presse Universitaire de France, 1984.
- FRETEL, Julien ; LAGROYE, Jacques. “Faire avec ce qu’on a. Les élections municipales à Rouen”. LAGROYE, Jacques; LEHINGE, Patrick; SAWICKI, Frédéric (orgs.). *Mobilisations Électorales : le cas des élections municipales de 2001*. Paris: PUF, 2005.
- GONÇALVES, Maria de Fátima. *A Reinvenção do Maranhão Dinástico*. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- GRYNSPAN, Mário. “Os Idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14, outubro de 1990, p.1-10.
- GRILL, Igor Gastal. “Família, configuração de apoios e atendimentos no percurso de um ‘herdeiro político’”. In: GRILL, Igor Gastal. *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA, 2008a.
- GRILL, Igor Gastal. “As Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. In: GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos; BARROS FILHO; José. *Elites, Profissionais e Lideranças Políticas: pesquisas recentes*. São Luís: EDUFMA, 2008b.
- LAGROYE, Jacques. “Le Leadership en question. Configurations et formes de domination”. In: SMITH, Andy; SORBETS, Claude. *Le Leadership Politique et le Territoire*. Paris: Presse Universitaire de Rennes, 2003.
- LAGROYE, Jacques. *Sociologie Politique*. Paris: Presses de Science Politique et Dalloz, 1997.
- LAGROYE, Jaques. “De l’objet local à l’horizon local des pratiques”. In: MABILEAU, M. (org.). *A la recherche du local*. Paris: L’Harmattan, 1993.
- LANDÉ, Carl. “Groups politics and dyadic politics: notes for a theory”. SCHMIDT, S.W. et alli (eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1975.
- MAYER, Adrian. “The Significance of quase-group in the Study of Complex Societies”. SCHMIDT, S.W. et alli (eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio “Introdução”. In: _____ (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, Moacir. “Eleição Municipal, política e cidadania”. PALMEIRA, M; BARREIRA, C. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.
- POURCHER, Yves. “Tournée électorale”. *L’Homme*, 119, XXX (3), 1994.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. “Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil”. Tomo n. 13, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAWICKI, Frédérick. “Introduction”. LAGROYE, J.; LEHINGE, P.; SAWICKI, F. *Mobilisations Électorales*. Paris: PUF, 2005.

SAWICKI, Frédérick. “Le Leadership politique”. In: SMITH, A. e SORBERTS, C. *Le Leadership Politique et le Territoire*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.

SAWICKI, Frédérick. “Classer les homes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique”. In: OFFERLÉ, Miche. *La profession politique XIX-XX siècles*. Paris: Éditions BELIN, 1999.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. “Mediação e metamorfose”. In: KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2000.

WOLF, Eric. “Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México”. In: WOLF, Eric. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (orgs.). Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2003..